



Prefeitura Municipal de Jacundá Poder Executivo

CNPJ: 05.854.633/0001-80



Memorando Interno

Jacundá – Pará, 27 de Setembro de 2018.

A Exmo. Sr.

DRº. ISMAEL GONÇALVES BARBOSA

Prefeito Municipal

Nesta.

Assunto: Solicitação de Processo Licitatório

Senhor Prefeito:

Vimos através deste, solicitar autorização para realização de Processo Licitatório para contratação de empresa especializada em serviços de tecnologia e suporte para modernização da administração tributária do município de Jacundá.

Informamos que encaminhamos em anexo Termo de Referência contendo objeto, objetivo, quantitativo e demais informações pertinentes ao pleito em tela.

Sem mais para o momento, elevamos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Sergio Ribeiro Correia Junior
Secretário Municipal de Finanças e Fazenda

Sergio R. Correia Junior
Sec. Municipal de Finanças
Portaria nº 117/2018 - GP

Estado do Pará

Pag.: 1

Governo Municipal de Jacundá
Prefeitura Municipal de Jacundá

ÓRGÃO : 04 Secretaria Mun. de Finanças e Fazenda

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 04 Secretaria Mun. de Finanças e Fazenda

PROJETO / ATIVIDADE :

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA :

Submetemos à apreciação de Vossa Senhoria a relação do(s) item(ns) abaixo discriminado(s) necessário(s) a PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA., para qual solicitamos as providências necessárias.

Justificativa : Manutenção das atividades da Administração objetivando a consecução do interesse público.

Código	Descrição	Quant	Unidade	VI. Estimado
048535	SERVIÇOS BANCÁRIOS E CARTORÁRIOS <i>Especificação: CONCESSÃO DA LICENÇA, IMPLANTAÇÃO - SERVIÇOS BANCÁRIOS E CARTORÁRIOS DEVIDO APÓS AS DECLARAÇÕES E TREINAMENTOS.</i>	12,0000	MÊS	0,00
048541	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PREVIDENCIÁRIOS. <i>Especificação: SERVIÇO DE AUDITORIA, CONSULTORIA TÉCNICA/ADMINISTRATIVA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO/CONTÁBEIS RELACIONADOS À RECUPERAÇÃO DA RECEITA PREVIDENCIÁRIAS DO ISS.</i>	12,0000	MÊS	0,00
048534	SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO, DÉBITO E SIMILARES <i>Especificação: SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE MONITORAMENTO DE CARTÕES DE CRÉDITO, DÉBITO E SIMILARES PARA A COBRANÇA DOS IMPOSTOS DEVIDOS AO MUNICÍPIO. CONCESSÃO DA LICENÇA, MAIS IMPLANTAÇÃO - SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO, DÉBITO E SIMILARES.</i>	12,0000	MÊS	0,00

Jacundá, 27 de Setembro de 2018


SERGIO RIBEIRO CORREIA JUNIOR
RESPONSÁVEL

Sergio R. Correia Junior
Sec. Municipal de Finanças
Portaria nº 117/2018 - GP

rpt01

Estado do Pará

Pag.: 1

Governo Municipal de Jacundá
Prefeitura Municipal de Jacundá

ÓRGÃO : 04 Secretaria Mun. de Finanças e Fazenda

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 04 Secretaria Mun. de Finanças e Fazenda

PROJETO / ATIVIDADE :

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA :

Submetemos à apreciação de Vossa Senhoria a relação do(s) item(ns) abaixo discriminado(s) necessário(s) a PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA., para qual solicitamos as providências necessárias.

Justificativa : Manutenção das atividades da Administração objetivando a consecução do interesse público.

Código	Descrição	Quant	Unidade	VI. Estimado
048537	INCREMENTO DA RECEITAS/OUTROS	12,0000	MÊS	0,00
048538	SERVIÇOS DE ENTREGA DE DOCUMENTOS	30000,0000	SERVIÇO	0,00
048539	SERVIÇOS DE COLETA DE DADOS	30000,0000	SERVIÇO	0,00
048540	SERVIÇOS DE APOIO À FISCALIZAÇÃO	500,0000	DIA	0,00

Jacundá, 27 de Setembro de 2018


SERGIO RIBEIRO CORREIA JUNIOR
RESPONSÁVEL

Sergio R. Correia Junior
Sec. Municipal de Finanças
Portaria nº 117/2018 - GP

rpt01





Prefeitura Municipal de Jacundá

Poder Executivo

CNPJ: 05.854.633/0001-80

TERMO DE REFERÊNCIA



I – JUSTIFICATIVAS E EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS PARA A CONTRATAÇÃO E OBJETO.

Implantação de SISTEMA capaz de compilar informações procedentes das credenciadoras de estabelecimentos comerciais que operam com cartões de crédito, débito e similares e instituições financeiras, administradoras de cartões de crédito, débito e similares, cartórios, sobre os quais incidam o ISSQN.

OBJETO A SER CONTRATADO PARA EXECUÇÃO DAS ETAPAS DESTES ANEXO.

- 1 – Licença de Uso de Sistema Informatizado, encadernamento da proposta legislativa e regulamentação legal para implantação de sistema.
- 2 – Licença e locação de Banco de dados para armazenamento e compilação das informações recebidas eletronicamente através do sistema.
- 3 – Mensalidades de uso do sistema pelo prazo legalmente vinculado de 48 (Quarenta e oito) meses.

DAS JUSTIFICATIVAS.

O Município de Jacundá, a exemplo de tantos, vem perdendo significativa receita oriunda do ISSQN que deveria incidir sobre o sistema bancário, especificamente nas operações realizadas nas modalidades de cartões de crédito, débito e similares, prestação de serviços bancários e cartorários.

As credenciadoras, instituições financeiras, cartórios e concessionárias não têm pago a referida taxa por entenderem não se enquadrar, tais operações, no conceito de serviço adotado pela legislação brasileira. Todavia, a par da legislação municipal, coadunada com a legislação federal e Constituição Federal, tal tributação é devida, devendo tal receita ingressar nos cofres públicos.

Sendo assim, urge municiar a municipalidade com ferramentas capazes de absorver as informações que deverão ser prestadas pelos contribuintes, mediante declaração, cuja finalidade precípua consiste na compilação de tais dados e consequentemente a exigência formal do pagamento dos tributos devidos.

II - DETALHAMENTO DO OBJETO.

O presente certame tem por objeto a contratação de empresas que possam oferecer à Municipalidade, serviços de Tecnologia da informação, de consultoria e apoio, tudo nas conformidades do Projeto Básico – Termo de Referência, que são partes integrantes do Edital e Contrato.



Prefeitura Municipal de Jacundá

Poder Executivo

CNPJ: 05.854.633/0001-80



A Administração do MUNICÍPIO informa a necessidade de contratar serviços especializados na área supra descrita para efetuar levantamentos de dados, auditá-los, apontar com precisão os valores devidos e/ou inadimplidos pelos contribuintes das referidas exações.

III – DAS FASES

Atividades da Primeira fase:

1. Concessão de Licença de Uso de software pelo prazo de 48 (Quarenta e oito) meses.
2. Reserva de espaço, demanda e cadastro da municipalidade no banco geral de dados (Locação). Prazo 48 (Quarenta e oito) meses.
3. Implantação do sistema informatizado (Módulos – 1 Serviços incidentes sobre operações de cartões de crédito débito e similares, 2 – Serviços bancários, 3 – Serviços cartorários e treinamento dos servidores usuários do sistema.

Atividades da Segunda fase:

1. Acompanhamento mensal das funcionalidades e manutenção do sistema implantado com seus três módulos. Prazo 48 (Quarenta e oito) meses.

IV - OBRIGAÇÕES DA EMPRESA A SER CONTRATADA:

- 1) Responsabilizar-se, integralmente, pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, de modo que os mesmos sejam realizados com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;
- 2) Gerenciar e manter, com recursos e meios próprios, as pessoas prestadoras de serviços no MUNICÍPIO;
- 3) Iniciar as atividades no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do início de vigência do contrato;
- 4) Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, observando fielmente a legislação aplicável quando de sua contratação;
- 5) Manter os empregados, durante o horário de trabalho nas dependências do MUNICÍPIO, devidamente identificados mediante;
- 6) Manter disciplina nos locais dos serviços, substituindo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela contratante;
- 7) Cumprir e fazer cumprir por seus empregados as normas e regulamentos disciplinares do MUNICÍPIO, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes;
- 8) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo MUNICÍPIO quanto à execução dos serviços contratados;
- 9) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente Licitação;
- 10) Manter, durante toda a execução do contrato a ser celebrado, as condições de habilitação exigidas no processo licitatório;



Prefeitura Municipal de Jacundá

Poder Executivo

CNPJ: 05.854.633/0001-80



V – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

Salvo Exceções, todos os serviços descritos no presente Anexo serão exclusivamente prestados nas dependências da Municipalidade contratante.


Sergio Ribeiro Correia Junior
Secretário Municipal de Finanças e Fazenda

Sergio R. Correia Junior
Sec. Municipal de Finanças
Portaria nº 117/2018 - GP





Prefeitura Municipal de Jacundá

Poder Executivo

CNPJ: 05.854.633/0001-80



PROJETO BÁSICO

Contratação de Serviços Técnicos Especializados.

I – JUSTIFICATIVAS E EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS PARA A CONTRATAÇÃO.



CONTRATAÇÃO de pessoa jurídica, para prestação de serviços especializados de auditoria, consultoria técnica/administrativa e assessoramento jurídico relacionados com a área do gênero tributos e áreas de gestão, efetuar compensações previdenciárias de valores pagos de forma indevida à Receita Federal, a fim de recuperar valores devidos ao Município pela União Federal, intentar ações a fim de recuperar importantes valores de ISSQN nos serviços prestados na circunscrição municipal, principalmente, o imposto incidente sobre os serviços prestados nas operações realizadas com cartões de crédito, débito e similares, serviços bancários e cartorários além de outros.

O Município de Jacundá é conhecedor de que, de acordo com a Constituição Federal nos termos do art. 201, §º 11, da CF/88, os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei, sendo certo que somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor deverão sofrer a incidência da contribuição previdenciária.

O legislador federal determinou a definição da alíquota do RAT – Riscos Ambientais no Trabalho – pela atividade econômica preponderante da empresa, conforme o disposto no artigo 202 do Decreto nº 6.042 de 12/02/2007 e Instrução Normativa 1.080/10, artigo 72, §1º, inciso I, “c” e “d”, e não de forma generalizada, como é o caso do Município que, apesar de exercer atividades de administração pública, tem como preponderância outras atividades consideradas na classificação de risco leve. Assim, faz-se necessário o levantamento das contribuições indevidamente realizadas a título de RAT, cuja análise deverá considerar ainda a correta aplicação do FAP (Fator Acidentário de Prevenção) sobre a alíquota da citada contribuição previdenciária.

Dessa forma, o Município tem conhecimento de que as verbas indenizatórias, de acordo com recentes decisões judiciais, não incidem nas contribuições sociais e a alíquota praticada para o recolhimento do RAT/FAP está em desacordo com os preceitos legais, já que seu recolhimento é superior ao devido.

Destarte, é evidente que o Município detém valores financeiros a recuperar. Todavia não há nos quadros de servidores do Município profissionais ou técnicos que possam efetuar tal procedimento, primeiro porque não é uma atividade fim, e sim atividade meio, segundo, porque todo o contexto é uma mescla de técnico e jurídico, envolvendo pelo menos três setores desta municipalidade: Jurídico, Setor de Pessoal e Finanças, além do que o corpo técnico existente já está sobrecarregado de afazeres administrativos e jurídicos e não dispõe de todo tempo e de todo o conhecimento para a realização do objeto.



Prefeitura Municipal de Jacundá

Poder Executivo

CNPJ: 05.854.633/0001-80



Sabendo da sua complexidade, mas reconhecendo a importância e o dever de zelar pela receita do Município, inclusive na Lei de Responsabilidade Fiscal, sobreveio então a decisão de proceder o presente certame a fim de selecionar empresa especializada para que proceda com as devidas avaliações, levantamentos e recuperação a respeito da contribuição previdenciária.

Outro ponto, está na perseguição do ISS devido por determinados contribuintes, e que não vem sendo recolhido aos cofres municipais. O Município vem perdendo significativa receita oriunda do ISSQN que deveria incidir sobre os serviços prestados na circunscrição municipal por instituições financeiras, operações realizadas com cartões de crédito, débito e similares e serviços cartorários.

Tais instituições financeiras e administradoras de cartões, não têm pago referida exação, por entenderem não se enquadrar, tais operações, no conceito de serviço adotado pela legislação brasileira. Todavia, a par da legislação municipal, que coadunada com a legislação federal e Constituição, tal tributação é devida, devendo tal receita ingressar nos cofres públicos.

Sendo assim, urge que a municipalidade tenha noção exata do quantum que tem a receber destes contribuintes, proceda a competente notificação, quando for o caso, e consequentemente ingresse com as competentes execuções para reaver seu crédito.

Assim, necessário se faz uma atuação administrativa e judicial eficiente para que os resultados efetivamente desponhem.

Nesta senda, mister que os técnicos e profissionais da área jurídica da contratada atuem em conjunto com os fiscais na elaboração e tramitação dos processos administrativos fiscais e com a procuradoria a fim de dar seguimento nas respectivas execuções.

Por se tratar de tarefa que envolve conhecimento específico na área de direito tributário, é necessário profissional habilitado e qualificado para atuar na presente contratação.

Pelas estimativas, trata-se de valores consideráveis de modo que necessários critérios rigorosos para a contratação, especialmente no que se refere a comprovação de experiência anterior da CONTRATADA quanto às tarefas descritas no objeto, ao que esta deverá demonstrar inclusive que já obteve êxito em procedimentos judiciais e/ou administrativos de recuperação de créditos. Deve-se ter em conta que, conforme se verifica ao longo deste Termo de Referência, o objeto que se pretende contratar é específico e atípico, de natureza sazonal, tendo em vista que após realizado, a demanda prevista neste termo de Referência cessará.

Além do que, não se pode desconsiderar a elevada demanda de serviços especializados em curto período de tempo para pesquisa, coleta, tratamento e revisão de dados históricos com forte dispersão dos recursos especializados após a conclusão das atividades de campo e processamento geral. Esta característica (atividade temporária) dos serviços não justifica a realização de concursos públicos para o quadro permanente de servidores do Município.





Prefeitura Municipal de Jacundá

Poder Executivo

CNPJ: 05.854.633/0001-80



Nos quadros que se seguem, apresentam-se as atividades que deverão atender às necessidades presentes e futuras da instituição.

II – RESUMO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS:



Atividade (serviços iniciais)
1. Efetuar pesquisa junto aos setores de Recursos Humanos e Finanças da municipalidade que identifiquem se houve o recolhimento de contribuições previdenciárias incidente sobre verbas indenizatórias.
2. Avaliar possível redefinição do FAP (Fator Acidentário de Prevenção), o qual incide diretamente sobre a alíquota do RAT, bem como seu correto recolhimento;
3. Apontar os períodos ainda recuperáveis com a devida elaboração técnica de cálculo dos dados levantados detalhando os valores mês a mês com a devida correção pelos índices oficiais;
4. Análise do Código Tributário Municipal para verificar a previsão legal do ISSQN nas questões em apreço.
5. Verificação se há pagamento de ISSQN pelos contribuintes.
6. Elaboração de planilha técnica analítica de dados individualizados e notas técnicas para lançamento e cobrança do ISSQN.
7. Proceder juntamente com os fiscais da Municipalidade à visitas de rotina e acompanhamento na execução das Ordens de Serviço.

Atividade (Intermediárias)
1. Efetuar a Execução da recuperação e/ou Compensação mensal no setor competente da Prefeitura Municipal de Jacundá, e apresentar os valores eventualmente a compensar nas suas respectivas competências, conforme o caso.
2. Levantamento do valor de cada pagamento efetuado pelo Ente.
3. Apuração do crédito municipal de ISSQN que deverá ser feito juntamente com o fiscal de tributos da municipalidade.
4. Levantamento do valor individualizado de cada crédito de ISSQN com a consequente produção das provas documentais, deduzidos em planilhas com o apontamento dos lançamentos controversos e incontestados que compreendem o crédito municipal.
5. Manifestar-se em processos tributários na fase administrativa.

Atividades (complementares)
1. Análise jurídica dos créditos de ISSQN da municipalidade e consequente deflagração das competentes ações administrativas e/ou judiciais para efetivação das cobranças com o acompanhamento até seu deslinde final.
2. Efetuar a compensação previdenciária dos respectivos créditos Municipais, bem como, propor as medidas judiciais que resguardem a municipalidade conquanto aos procedimentos administrativos adotados.
3. Após conclusão dos procedimentos administrativos tributários, propor e acompanhar as medidas judiciais de execução, caso necessárias.



Prefeitura Municipal de Jacundá

Poder Executivo

CNPJ: 05.854.633/0001-80



4. Orientar a Execução da Compensação mensal do setor competente, acessando os respectivos Programas da SEFIP e CONECTIVIDADE SOCIAL da Caixa Econômica Federal a fim de, informar os valores eventualmente compensados e a compensar nas suas respectivas competências.

III - OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:

- 1) Responsabilizar-se, integralmente, pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, de modo que os mesmos sejam realizados com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;
- 2) Gerenciar e manter, com recursos e meios próprios, as pessoas prestadoras de serviços no MUNICÍPIO;
- 3) Iniciar as atividades no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do início de vigência do contrato;
- 4) Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, observando fielmente a legislação aplicável quando de sua contratação;
- 5) Manter os empregados, durante o horário de trabalho nas dependências do MUNICÍPIO, devidamente identificados mediante;
- 6) Manter disciplina nos locais dos serviços, substituindo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela contratante;
- 7) Cumprir e fazer cumprir por seus empregados as normas e regulamentos disciplinares do MUNICÍPIO, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes;
- 8) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo MUNICÍPIO quanto à execução dos serviços contratados;
- 9) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação;
- 10) Manter, durante toda a execução do contrato a ser celebrado, as condições de habilitação exigidas no processo licitatório;
- 11) Não se valer do contrato a ser celebrado para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do MUNICÍPIO;
- 12) Arcar com quaisquer danos ou prejuízos causados ao MUNICÍPIO, os quais deverão ser descontados da(s) fatura(s) seguinte(s) da empresa, ou ajuizada, se for o caso, a dívida, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato;
- 13) Comunicar ao MUNICÍPIO, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.
- 14) Cumprir com as demais disposições Contratuais, contrato e disposições da lei de licitações, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis à espécie.

IV – PRAZO DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

O prazo de execução e fornecimento dos serviços de que trata o Anexo III, objeto desta licitação será vinculado ao tempo necessário para deflagração das ações administrativas e judiciais, por se tratar de serviços a serem executados de forma continua observado o disposto no Artigo 57, inciso II c/c § 4º da Lei de licitações.





Prefeitura Municipal de Jacundá

Poder Executivo

CNPJ: 05.854.633/0001-80



- 11) Não se valer do contrato a ser celebrado para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do MUNICÍPIO;
- 12) Arcar com quaisquer danos ou prejuízos causados ao MUNICÍPIO, os quais deverão ser descontados da(s) fatura(s) seguinte(s) da empresa, ou ajuizada, se for o caso, a dívida, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato;
- 13) Comunicar ao MUNICÍPIO, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.
- 14) Cumprir com as demais disposições Editalícias, contrato e disposições da lei de licitações, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis à espécie.

V – PRAZO DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

O prazo de execução dos serviços objeto desta licitação é de 48 (Quarenta e oito) meses (art. 57, IV da Lei Nº 8.666/93), contados a partir da assinatura do contrato, ou retirados da nota de empenho, tendo o instrumento contratual vigência dentro de cada exercício financeiro por conta dos créditos orçamentários.

VI – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

Salvo Exceções, todos os serviços descritos no presente Anexo serão exclusivamente prestados nas dependências da Municipalidade contratante.


Sergio Ribeiro Correia Junior
Secretário Municipal de Finanças e Fazenda

Sergio R. Correia Junior
Sec. Municipal de Finanças
Portaria nº 117/2018 - GP